

**FÁBIO GUEDES  
GOMES**

economia política da crise do  
capitalismo central

\*Professor Adjunto  
do Curso de  
Ciências  
Econômicas da  
Faculdade de  
Economia,  
Administração e  
Contabilidade  
(FEAC),  
Universidade  
Federal de  
Alagoas (Ufal)

#### RESUMO

Diante da maior crise econômica e financeira do capitalismo nos últimos 80 anos, poucos foram os trabalhos e as avaliações que deram destaque aos componentes estruturais e históricos do funcionamento do capitalismo, suas limitações e tendência inescapável às crises de grande desenvoltura. Com o propósito de contribuir com esta segunda linha de interpretação, o texto propõe refletir sobre como funcionam as engrenagens do sistema, entrar na sua oficina e descobrir os porquês que em alguns momentos a máquina deixa de funcionar e causa distúrbios que ameaçam (somente ameaçam) sua própria existência. Para entender isto, se pretende resgatar a teoria marxista das crises.

#### PALAVRAS-CHAVE

Economia política. Capitalismo central. Crise e marxismo.

#### ABSTRACT

In light of the biggest financial and economic crisis of capitalism in the last 80 years, there were few studies and few evaluations that highlighted the historical and structural components of the functioning of capitalism, its limitations and inescapable tendency to crises of great impact. Aiming to contribute to this second line of interpretation, the study proposes a reflection on how the gears of the system work, by entering its workshop and finding reasons why sometimes the machine stops working and causes disturbances that threaten (only threaten) its very existence. In order to understand this, it is intended to bring back the marxist theory of crisis.

#### KEY WORDS

Political economy. Central capitalism. Crisis and marxism

## INTRODUÇÃO

A crise financeira e bancária nos Estados Unidos, que se expandiu hemorragicamente para a Europa, Japão e economias em desenvolvimento, sem dúvida, é a mais séria depois do *Crash* financeiro seguido da grande depressão nos anos trinta do século passado.

No entanto, é preciso guardar algumas diferenças fundamentais do contexto econômico e político da primeira metade do século XX e fundamentar melhor as distâncias que guardam os dois eventos. Primeiramente, importa destacar que a grande depressão se seguiu a um período de forte crescimento econômico dos países industrializados, liderados pelo processo de formação do capital industrial monopolista norte-americano e pela expansão financeira britânica, a qual marcou o fim da hegemonia inglesa e do padrão-ouro.

Como a literatura crítica já observou, o desenvolvimento do capitalismo monopolista, que emergiu nos séculos XIX e XX, tinha chegado à exaustão, e a característica central foi o crescimento acentuado dos estoques de mercadorias nos principais ramos produtivos (com destaque para o setor produtor de bens de capital) diante de uma demanda agregada que declinava acentuadamente. Como veremos mais adiante, defendemos a tese de que a crise recente do capitalismo não pode ser explicada somente por suas razões financeiras. É preciso admitir que, desde a década de 1970, tem sido mais difícil sustentar a compatibilidade entre produção e realização das mercadorias. Por isso, os mercados financeiros se desenvolveram tanto porque tem sido neles que a riqueza já acumulada vem se valorizando em circunstâncias muito especiais.

Contrariando os pressupostos das análises da economia neoclássica que, resumidamente, defendiam que a queda do consumo era compensada com o aumento dos investimentos, porque a poupança gerada significava mais crédito disponível pelo sistema bancário aos demais agentes privados, na Grande Depressão, em 1929, tanto os investimentos quanto o consumo despencaram conjuntamente, em função, grande parte, de uma trajetória histórica de elevada euforia econômica, com altos níveis de produtividade industrial e especulação mobiliária. Isso causou, em certo momento, o aumento dos estoques e as necessidades de reajustar os empregos à queda do nível dos negócios.

Assim, o *Crash* da bolsa de valores de Nova York foi um sintoma de que a estrutura de produção capitalista tinha chegado a um ponto de saturação, e a extraordinária crise financeira, com a escassez do crédito, não foi responsável pela derrocada econômica, como comumente se imagina.

Pelo contrário, a crise foi consequência do período de bonança do capitalismo monopolista desregulado. Isto quer dizer que a Grande Depressão teve seu início nos desequilíbrios estruturais na economia real e que se abateram sobre os mercados financeiros e de crédito. Por consequência, as dificuldades de realização dos excedentes econômicos na forma de mercadorias aceleraram a própria crise porque a aversão ao risco tomou conta das decisões dos agentes privados, responsáveis pela intermediação financeira, ou seja, o pânico tomou conta do próprio sistema bancário e de investimentos.

Para piorar a situação, o então presidente dos Estados Unidos, Herbert Hoover (1929-1933) insistia em obedecer ao credo liberal de gestão econômica, negando-se a realizar intervenções governamentais que pudessem comprometer o equilíbrio fiscal. Conforme a análise de Friedman e Schwartz (2008), a expansão do crédito e dos financiamentos, viabilizada pela própria negligência do *Federal Reserve*, aumentou as possibilidades de especulação com os preços dos ativos financeiros na era do *boom* econômico, antes da crise<sup>1</sup>. Diante de tal razão, no momento do início da recessão, as autoridades monetárias norte-americanas insistiram em atacar o que eles acreditavam ser o problema central, o aumento da liquidez. Com isso, empreenderam pacotes de política monetária que tinham como objetivo restringir a oferta de moeda. A explicação reducionista dos economistas liberais toma por base o grau de intervenção e regulação do Estado sobre a economia de mercado, que, irresponsavelmente, tinha elevado a base monetária, intensificando, assim, os movimentos especulativos por causa do alto nível de concessão de créditos, e mantinha certos benefícios da rigidez dos salários.

Conforme a história econômica já apontou, uma das primeiras atitudes para reverter o quadro caótico veio na administração do presi-

<sup>1</sup> Esta publicação é praticamente uma replica do sétimo capítulo da grande obra dos dois autores, *A Monetary History of the United States, 1867-1960*, publicada em 1963.

dente Franklin D. Roosevelt (1933-1945), que lançou de imediato, ainda sofrendo das tentações da ideologia liberal de mercado, o *New Deal*. O plano apenas serviu de colchão amortecedor da crise, que parecia não ter fim. É certo que o desemprego deixou de crescer no país, mas ainda representava mais de 15% da população economicamente ativa. As preocupações de Keynes se concretizaram<sup>2</sup>. Para ele, o capitalismo, se deixado à própria sorte, era incapaz de alcançar o pleno emprego e, em alguns momentos, os desequilíbrios econômicos seriam tão profundos que o sistema poderia desembocar em dois grandes males da humanidade moderna: o desemprego e as guerras. Como o *New Deal* não resolveu por completo o problema, mesmo com os pacotes de gastos públicos, que contrariavam os economistas liberais, a crise só se inverteu muito tardiamente, já na participação indireta dos Estados Unidos como grandes provedores de alimentos e artefatos bélicos para os aliados e, depois, como participantes diretos no conflito.

Naquele momento, o ciclo econômico retomou a fase ascendente. A entrada dos Estados Unidos na II Guerra, conforme Moniz Bandeira (2005), só foi possível depois do ataque à *Pearl Harbor* pelos japoneses, mesmo com a alta cúpula do Estado Maior norte-americano já sabendo que algo iria acontecer de extraordinário. De qualquer forma, o acontecimento fez com que o Congresso, que já vinha sendo pressionado por Roosevelt, autorizasse a participação do país no armistício. Como relata Hobsbawm (1995), com a máquina de guerra em funcionamento, a indústria dos Estados Unidos voltou a funcionar a todo vapor, com uma demanda fantástica sobre a oferta de força de trabalho, exigindo, inclusive, que alguns setores fabricantes de bens de capital trabalhassem os três turnos.

Do ponto de vista da economia política, as crises no capitalismo têm fundamentos inexoráveis ao funcionamento do próprio sistema. Por

<sup>2</sup> Keynes (2002). As preocupações de Keynes em relação aos resultados para a Alemanha e, consequentemente, para a Europa, dos termos impostos àquele país pela Conferência de Paz de Paris (1919), que resultou no Tratado de Versalhes, demonstraram para ele que os riscos das políticas de contenção da demanda seriam desastrosos se estas fossem levadas às últimas consequências, como no caso das penalidades sancionadas à Alemanha. O Tratado, como a história comprovou, provocou um período de forte recessão econômica e desarticulação social que serviram de ingredientes à ascensão do nazi-fascismo. Em *As consequências econômicas da paz*, Keynes já antecipa alguns elementos centrais que iria desenvolver, com maestria, em *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

mais que os fatos evidenciem e se aproximem das explicações, tanto na Grande Depressão de 1930 como na atual crise financeira e econômica nos Estados Unidos, novamente é preciso ir um pouco além dos fenômenos da aparência imediata. A crise financeira que teve como palco central a maior economia do planeta na atualidade tem raízes mais profundas. A teoria marxista da crise pode nos auxiliar revelando algumas contradições essenciais que respondem pelas causas dos fenômenos financeiros atuais.

Então, é importante compreender, de maneira geral, como o capitalismo se desenvolve e ao mesmo tempo gera situações em que o próprio processo de acumulação entra em crise, sendo necessários ajustes que são duramente enfrentados pela sociedade em geral. Durante os últimos trinta anos de hegemonia do pensamento neoliberal e da ortodoxia econômica no comando dos principais sistemas econômicos, a grande maioria dos economistas se esqueceu das instabilidades provocadas pelo modo de produção capitalista, o que se reflete em ondas cíclicas de avanços e recuos nas relações de produção e nas formas de acumulação. A crise atual serviu para comprovar que boa parte da chamada teoria econômica não tem capacidade de se antecipar ou prever situações como a que estamos enfrentando, porque estão presas em seus modelos cada vez mais abstratos e matematizados, perdendo a capacidade de compreender, historicamente, a dinâmica da economia de mercado. O texto a seguir não segue essa linha explicativa, pois retoma a economia política marxista. Temos a certeza de que somente a teoria das crises do modo de produção capitalista sustentada por essa corrente de pensamento é que mais se aproxima da natureza dos fenômenos desse tipo de sociedade econômica.

Assim, o texto se subdivide em duas partes. Na primeira, discutimos os elementos fundamentais que dão sentido às contradições básicas do modo como o capitalismo produz riqueza. De forma muito elementar, apresentamos e discutimos a teoria das crises marxista com base no texto de Souza (1982). Em seguida, vamos trabalhar o conceito de finanças no capitalismo, com destaque para sua importância em acelerar o movimento cíclico de produção e acumulação de capital.

## FUNDAMENTOS DO FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA CAPITALISTA E SUAS CONTRADIÇÕES CENTRAIS

A teoria marxista das crises tem a pretensão de explicar o conjunto das contradições que estão na base do funcionamento da produção capitalista. As crises capitalistas são recorrentes porque expressam o conflito inerente ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção que dão sustentação ao próprio sistema. Conforme Souza (1982) demonstra, é justamente do rompimento da unidade entre as relações de produção e forças produtivas que as crises emergem.

O sistema capitalista de produção, como se sabe, tem por objetivo elementar acumular riqueza e se autorreproduzir, dando continuidade ao processo de acumulação. Como Marx apontou no início de *O Capital*, a mercadoria é justamente o veículo dessa riqueza. Ela encarna uma das primeiras contradições de fundamental importância ao entendimento das crises no capitalismo: a mercadoria é, ao mesmo tempo, valor e valor-de-uso. No entanto, a produção capitalista não está preocupada em atingir ou saciar as necessidades de consumo da sociedade. O seu objetivo primordial é a realização do valor, ou seja, é transformar o valor produzido, sob relações de trabalho assalariadas, em dinheiro e, depois, fazer rodar novamente o processo de produção com uma fração deste valor realizado, enquanto a outra é responsável por aumentar o estoque de riqueza dos produtores capitalistas, de seus sócios ou daqueles que lhes adiantaram o próprio dinheiro na forma de empréstimos e créditos.

Então, na ordem capitalista é preciso produzir capital, mais capital, ou seja, estabelecer as relações sociais de produção que dão sustentação ao processo de criação de valor. Quer dizer, para continuar acumulando riquezas é necessário produzir mais mercadorias, explorando a força de trabalho (capital variável) e comprando meios de produção (capital constante e circulante); transformar essas mercadorias em dinheiro rapidamente. Assim, o que importa, em última instância, é o valor da mercadoria, e não a sua utilidade, mesmo que esta seja também importante, do contrário, o mercado não irá comprar e consumir o que foi produzido.

A condição geral para que as crises no capitalismo ocorram trata-se da impossibilidade de realização das mercadorias, e isto tem relação com uma das características centrais do sistema, seu assentamento na

divisão social do trabalho, baseado na propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho assalariado. Assim, a lei fundamental da produção capitalista é produzir mais-valias, acumulando-as com base nas condições de propriedade privada que o sistema impõe.

Para que a mais-valia seja produzida e se transforme em riqueza capitalista, é imprescindível que se assegure a unidade entre produção, circulação e consumo. Porém, esta unidade é difícil de ser assegurada permanentemente por causa dos elementos acima mencionados, qual seja, o caráter das relações sociais de produção e a propriedade privada. Um dos elementos responsáveis por dificultar aquela unidade que caracteriza o processo global de produção capitalista é sua própria forma anárquica de funcionamento, uma das contradições centrais do sistema.

A anarquia do mercado capitalista significa que as decisões econômicas, responsáveis pelas relações de produção e o caráter privado da produção e da apropriação, são descentralizadas e não contam com uma coordenação global. O sistema procura funcionar dispensando o planejamento central. As decisões no âmbito da produção são tomadas sigilosamente. O segredo das estratégias empresariais é uma condição *sine qua non* da concorrência intercapitalista. A produção e a realização das mercadorias no âmbito da empresa individual se movem com alto grau de incerteza sobre as condições econômicas, políticas e sociais no futuro. Como todos os capitalistas procuram produzir e levar aos mercados suas mercadorias para serem comercializadas, é lógico que, em alguns momentos, os circuitos necessários entre produção e consumo podem se romper em qualquer sentido. E, isto se torna muito mais plausível quando o sistema desenvolve os mecanismos de utilização do dinheiro como mercadoria.

O fato de as mercadorias serem trocadas por dinheiro não garante que este se destine, imediatamente, ao consumo em um momento seguinte, adquirindo novas mercadorias. Este é o grande pecado dos neoclássicos quando consideram a moeda apenas como intermediária das trocas. A própria Lei de *Say* elege como postulado fundamental essa característica, e é por isso que os economistas liberais defendem que sempre haverá a possibilidade da oferta igualar a demanda, porque os agentes econômicos são movidos pelos próprios desejos e só produzem o indispensável para cambiar com outras mercadorias de que necessitam. Nesse esquema, a unidade entre produção e consumo dificilmente seria rompi-

da porque a produção estaria voltada para atender as necessidades individuais; o dinheiro apenas se colocaria entre duas mercadorias que produtores-comerciantes estariam desejosos em trocar, quase uma economia de escambo se não fosse o dinheiro como intermediário das trocas.

Todavia, a economia capitalista tem como fundamento produzir mais-valias, produzir capital, construir interminavelmente relações de produção que são responsáveis pela produção de valores e, com o estabelecimento da propriedade privada, apropriar-se desses valores que retornam ao processo para dar continuidade à reprodução do capital.

O papel da moeda e suas funções particulares na economia capitalista moderna foi alvo de preocupações de Keynes. De uma perspectiva completamente oposta a Marx, ele considerava que o dinheiro assumia uma dupla funcionalidade. A primeira seria pública, pois se tratava de um importante instrumento de troca pelo qual o sistema econômico moderno jamais poderia prescindir-lo por causa da complexidade da divisão social do trabalho e das trocas que daí derivam. Assim a demanda pela moeda seria proporcional ao aumento das transações econômicas. No entanto, apesar da moeda ser um bem público, sua propriedade é privada, pois os capitalistas não estão preocupados em acumular riqueza na forma-mercadoria, mas na forma-dinheiro. Esse caráter privado da moeda entra em contradição com sua função pública justamente nos momentos em que as incertezas sobre o sistema econômico aumentam e os agentes econômicos buscam refúgio justamente na posse do dinheiro (preferência pela liquidez).

Para Keynes, os principais administradores da riqueza acumulada sob a forma-dinheiro eram os bancos e, nas circunstâncias de uma crise muito grave, eles, em vez de proverem o sistema de liquidez, pelo contrário, aumentam a aversão ao risco e impedem o fluxo monetário na forma de contração dos créditos e financiamentos, contribuindo, desta maneira, com o aprofundamento da crise. Então, para Keynes, as crises no capitalismo também refletiam um problema de gestão. É nesse sentido que o economista inglês busca defender a importância do Estado e de suas instituições, como o Banco Central, em duas direções. A primeira, em tentar reativar a demanda efetiva por meio de uma política de gastos e tributação que possa induzir os setores privados a reativar o interesse pelos investimentos e, na segunda direção, que os bancos centrais resta-

beleçam o fluxo monetário e determine um nível de taxas de juros razoável com as expectativas empresariais de tomar empréstimos.

No entanto, a perspectiva keynesiana não leva em conta outros aspectos fundamentais que a teoria marxista busca desenvolver. Aspectos esses que têm grande influência nas crises capitalistas. Pode-se apontar entre outros, as contradições básicas intrínsecas às relações de produção entre o capital e a força de trabalho, entre o valor e o valor de uso e entre a produção e o consumo.

### AS CONTRADIÇÕES CENTRAIS

As forças produtivas no capitalismo são revolucionadas constantemente. Novas técnicas e instrumentos de trabalho e novas máquinas vão sendo incorporadas no processo de produção em várias esferas. Ao contrário do que comumente se imagina, esse processo não tem relação automática com a dinâmica das inovações tecnológicas. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente na fase do capital oligopolista, tem razões muito mais profundas do que as simples descobertas e incorporações das novas técnicas. Tem muito mais a ver com força econômica dos grupos econômicos e suas respectivas capacidades de assegurar a propriedade dos processos de desenvolvimento científico.

A primeira grande contradição diz respeito àquelas que se estabelecem nas relações sociais de produção. O conflito entre capital e trabalho é a contradição primária. Tem funcionado como mola propulsora do sistema na medida em que é dessa relação conflituosa que o valor é gerado. Desde Adam Smith passando por Ricardo até Marx, o trabalho foi compreendido como a fonte natural do valor, da riqueza. No entanto, Marx acentuou que a geração do valor não é um processo natural e conveniente. Pelo contrário, essa geração é uma ação recorrente que assume várias formas, mas é basicamente um processo de exploração da força de trabalho e apropriação do excedente que ela é capaz de produzir para além de suas necessidades de sobrevivência.

No entanto, ao mesmo tempo em que a força de trabalho é a origem da riqueza capitalista, ela também é um dos grandes inconvenientes dentro do processo de produção. Isto porque em alguns momentos se acentuam os conflitos entre capital e trabalho, geralmente relacio-

nados às condições de trabalho e à repartição da riqueza produzida. Para evitar esses conflitos, reduzir os custos derivados da produção e enfrentar a concorrência, os capitalistas são levados a inovarem e introduzirem novas técnicas de produção. Assim, o desenvolvimento do processo de acumulação de capital se dá concomitantemente ao processo de elevação da composição técnica do capital, ou composição orgânica, ou seja, o aumento da relação entre o capital constante (meios de produção, equipamentos, máquinas, etc.) e a mão-de-obra necessária. Com o aumento da relação entre capital constante (meios de produção) e capital variável, o processo de produção de mais-valia (ou a taxa de mais-valia extraída) e, conseqüentemente, a taxa de lucro, tende a cair no processo global de produção capitalista.

A concorrência intercapitalista também faz pressão sobre os capitais individuais para que aumentem o componente tecnológico do processo de produção. A concorrência por novos mercados e pela apropriação de mais-valias torna as relações tensas entre os próprios capitalistas. Eles buscam reduzir cada vez mais seus custos e, conseqüentemente, tentam aumentar a produtividade com a incorporação de novas tecnologias, gerando o desemprego chamado estrutural.

Geralmente, o aumento da produtividade é acompanhado da elevação da taxa de exploração da mais-valia relativa e absoluta. Conforme Araújo (1982), a elevação da composição orgânica do capital implica um crescimento do capital variável e da massa de mais-valia inferior ao crescimento da acumulação. Com isso, a expansão da demanda por bens de consumo se deve dar em um grau inferior à expansão dos investimentos produtivos e, por conseguinte, da própria acumulação de capital.

O rompimento da unidade entre produção e consumo acontece na medida em que os avanços tecnológicos se intensificam, elevando a composição orgânica do capital a tal ponto que a massa de mais-valia diminui sensivelmente, afetando, assim, o nível geral da taxa de lucro. O estudo de Duménil e Lévy (2005) demonstra, por exemplo, que a queda das taxas de lucros, nos Estados Unidos e na Europa, ocorria desde o início de 1960, conforme se pode apreciar na figura a seguir. Foi justamente na década posterior que o processo de acumulação de capital encontrou fortes obstáculos nas economias industriais mais avançadas. A partir de 1984, as taxas de lucros se recuperaram no período de forte in-

fluência inicial das políticas neoliberais e do movimento de desintermediação, descompartmentalização e desregulamentação dos mercados e atividades financeiras (GOWAN, 2004). Dava-se início do longo período de financeirização da riqueza privada com o suporte indispensável dos orçamentos públicos e do crescimento das dívidas estatais.

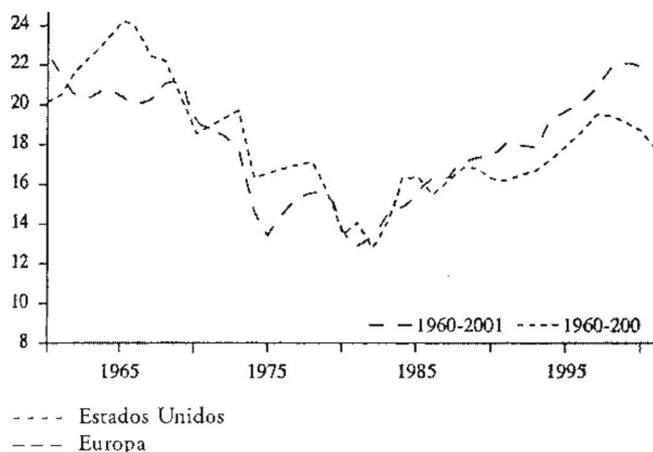


GRÁFICO 1 – Taxa de lucro (%): “Europa” e Estados Unidos – Economia privada

Fonte: NIPA (BEA); Fixed Assets Tables (BEA); OCDE; Comptes Nationaux Français (INSEE) apud Duménil e Lévy (2005, p. 90).

Nota: “Europa” refere-se a três países: Alemanha, França e Reino Unido. A taxa de lucro é a relação entre uma medida ampla da taxa de lucro (produção total líquida menos o custo total do trabalho) e o estoque de capital fixo, líquido da depreciação. Dessa maneira, os impostos (indiretos e sobre os lucros), os juros e os dividendos estão contabilizados nos lucros.

As crises no modo de produção capitalista são, em última instância, momentos nos quais a queda da taxa de lucro chegou a um ponto tão crítico que o capital não consegue se reproduzir com a própria massa de riqueza gerada no passado. As condições de realização das mercadorias encontraram seus limites e a superprodução se instala, provocando movimentos deflacionistas em todos os preços, inclusive dos próprios ativos mobiliários. As engrenagens do sistema ficam paralisadas porque as incertezas e as desconfianças em relação ao rumo futuro dos acontecimentos econômicos aumentam extraordinariamente.

Em resumo, quanto mais novas tecnologias são desenvolvidas para dirimir o conflito de classes e a concorrência intercapitalista, mais se eleva a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia (a exploração num primeiro momento aumenta devido aos ganhos de produtividade). Entretanto, os limites do mercado vão se estreitando em razão da diminuição da capacidade de compra dos assalariados; da alta concentração de renda e riqueza nas mãos dos capitalistas e de uma parcela privilegiada que não é proprietária mobiliária e imobiliária; e das dificuldades de se explorar o comércio internacional em virtude da própria concorrência internacional e do acirramento dos conflitos hegemônicos.

Portanto, quando se rompe a unidade entre produção e consumo, desencadeia-se uma crise que só pode ser resolvida com a destruição do próprio capital já acumulado. Isso pode ocorrer porque a crise do modo de produção provoca a superprodução de mercadorias e subocupação de aparatos produtivos. A destruição do capital acumulado tem como vias de concretização a desvalorização profunda dos ativos financeiros e não-financeiros, bem como, também, o próprio abandono das estruturas físicas em que as relações sociais de produção determinavam o processo de acumulação (as firmas).

A questão fulcral, portanto, é enxergar a crise não meramente como uma situação de excesso de produção de mercadorias. Isto deve ser interpretado como apenas uma manifestação da mesma, porque ela tem suas origens nas condições de reprodução do capital, nas relações sociais de produção, na luta de classes, na qual acaba empurrando o sistema para situações e níveis de desenvolvimento que vão impondo novas condições de funcionamento. O acirramento da concorrência, o aumento da composição técnica do capital e o desemprego geral seguem contribuindo para a queda da taxa de lucros. Nesse sentido, a essência desse processo pode ser sintetizada nas próprias palavras de Marx.

O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital; é o fato de que, nela, são o capital e a sua própria valorização que constituem o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção; o fato de que aqui a produção é só produção para o capital e, inversamente, não são os meios de produção simples meios para ampliar cada vez

mais a estrutura do processo de vida da sociedade dos produtores. Daí que os limites dentro dos quais tem de mover-se a conservação e a valorização do valor-capital, a qual descansa na expropriação e na depauperação das grandes massas de produtores, choquem constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir os seus fins e que tendem para o aumento ilimitado da produção, para a produção pela própria produção, para o desenvolvimento incondicional das forças produtivas do trabalho. O meio empregado -- desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas -- choca constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e criar o mercado mundial correspondente, envolve ao mesmo tempo uma contradição constante entre esta missão histórica e as condições sociais de produção próprias deste regime (MARX, 1973, p. 248).

Marx apontou alguns fatores que se contrapõem a tendência à queda da taxa de lucro. O próprio desenvolvimento das forças produtivas, por meio da incorporação de novas tecnologias, contribui para desvalorizar tanto a força de trabalho quanto os elementos do capital constante. Assim, os custos de produção se reduzem, propiciando condições favoráveis à expansão dos investimentos e à apropriação de excedentes econômicos

Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas, com a incorporação de novas tecnologias que vão moldando as relações de trabalho, aumenta o nível geral do desemprego, fazendo elevar a massa de trabalhadores que engrossam as fileiras do exército industrial de reserva. Isso torna a oferta de mão-de-obra abundante e o nível de salários mais baixo, além de que, com o próprio avanço tecnológico, as mercadorias que fazem parte do consumo assalariado também caem de valor, justamente devido à diminuição da incorporação de menos valor-trabalho nelas. Esse mesmo efeito pode ser estendido ao valor das máquinas e dos instrumentos de trabalho que sofrem a influência das inovações tecnológicas e, por-

tanto, no longo prazo tendem a cair também de valor. No entanto, conforme Araújo (1982), não se pode imaginar que esses efeitos podem alavancar, rapidamente, a produção do capital e, conseqüentemente, o processo de acumulação num ritmo mais dinâmico e intenso. Isso se deve à capacidade do próprio progresso tecnológico de acelerar a produção dos componentes do capital circulante num nível muito superior à massa de força de trabalho que pode ser incorporada ao processo produtivo.

Assim tanto a desvalorização da força de trabalho como do capital circulante e a formação do exército industrial de reserva são forças que contrarrestam o movimento de tendência à queda da taxa de lucros, mas não são as únicas. Por sua vez, mais dois aspectos podem amenizar a situação de crise de realização: a superexploração da força de trabalho, ou seja, o pagamento de salário abaixo do valor necessário à reprodução da força de trabalho<sup>3</sup>; e, o comércio exterior, que funciona como válvula de escape à produção excedente capitalista, mas como apontamos logo acima, pode enfrentar dificuldades em razão dos conflitos intercapitalistas no nível das nações industriais desenvolvidas.

Por fim, é preciso apontar novamente que o objetivo da produção capitalista é a produção e a apropriação de valor. Uma condição necessária para isso é o estabelecimento das relações sociais de produção e da propriedade privada dos frutos do trabalho e meios de produção. O processo de continuidade desse processo tem como pressuposto a acumulação de excedentes na forma de mais-valias geradas. A reprodução do sistema depende de outros elementos institucionais<sup>4</sup> que garantam aquelas relações e a propriedade privada como pilar fundamental da ordem do capital. Somente em condições favoráveis assim, o capital pode se autorreproduzir.

As crises, portanto, manifestam-se em momentos nos quais acontecem rupturas na continuidade do processo de produção e acumulação. Se essas rupturas ocorrem e as mais-valias geradas são insuficientes para dar continuidade à produção de capital com taxas elevadas de lucro, a crise emerge como elemento essencial, como “freio de arruma-

<sup>3</sup> Sobre as condições de superexploração da força de trabalho em economias periféricas, vide Marini (2000).

<sup>4</sup> Os aparelhos do Estado, a ordem jurídica, a cultura e a ideologia, etc.

ção”, que estabelece novas condições para a recuperação do antigo nível de valorização do capital, em bases menos ampliadas (ARAÚJO, 1982, p. 58). Assim, as crises são movimentos que indicam rupturas profundas, como também movimentos de renovação e reconstrução, caso não possam emergir ações políticas capazes de romperem definitivamente com a ordem vigente.

Os ciclos econômicos, portanto, dizem respeito aos movimentos de ascensão, recessão e depressão, movimentos esses que são indicadores do estado de espírito do processo de formação das taxas de lucros, do desenvolvimento tecnológico, da concorrência intercapitalista, do grau de exploração da força de trabalho e das condições de realização das mercadorias. Conforme Araújo (*Ibidem*, “de um lado sua tendência a cair [taxa de lucro] atua como força motriz principal da determinação das crises e, por conseqüência, do ciclo econômico; por outro, a crise é a principal força contrarrestante [sic] da queda da taxa de lucro”).

#### O PAPEL DAS FINANÇAS NO CAPITALISMO MODERNO, CARACTERÍSTICAS ATUAIS E A CRISE DO CAPITALISMO CENTRAL

##### O PAPEL DAS FINANÇAS NO CAPITALISMO MODERNO

Do ponto de vista teórico, o dinheiro é uma mercadoria especial porque ele tem o poder de representar os valores contidos em todas as outras mercadorias. O papel-moeda assume propriamente uma utilidade muito reduzida se observada sua forma corpórea. O que importa mesmo é o valor que ele representa e a garantia fiduciária do seu órgão emissor (Estado) em manter o valor de face das notas bancárias. Evidentemente, este valor não tem autonomia, pois ele deriva justamente das condições de produção capitalista. Assim, tanto em termos de valores quanto em quantidades de papel-moeda em circulação, a importância do dinheiro depende, justamente, das características em que se dão as relações sociais de produção, a quantidade de mais-valias extraídas e do processo de acumulação de capital. Pode-se deduzir que, quanto mais desenvolvida é a produção capitalista, mais valores são criados e apropriados parcialmente com a realização das mercadorias, e mais o sistema financeiro-bancário tende a se desenvolver para acompanhar tal dinâmica evolutiva.

Guardadas as devidas diferenças em termos de características, as atividades comerciais responsáveis pela circulação das mercadorias se desenvolveram em razão do aprofundamento da divisão social do trabalho no âmbito sistêmico. Do ponto de vista geral, a própria produção capitalista e sua expansão, com o decorrer do tempo foi impondo uma certa divisão social das atividades econômicas, compartimentando-as em atividades específicas, porém, sem perderem o sentido da interdependência, imprescindível ao processo global de produção do capital. Foi no século XX que essas compartimentalizações foram se tornando mais evidentes com o desenvolvimento da contabilidade nacional. Surgiram mensurações macroeconômicas que subdividem as economias capitalistas nacionais em compartimentos, como agricultura, indústria e serviços, sendo este último extremamente heterogêneo e nele incorporado às atividades comerciais e financeiras.

Sistemicamente a produção capitalista foi atribuindo funções específicas, e o capital se metamorfoseando de uma forma para outra; num momento é capital-industrial, porque assume formas corpóreas que têm funções próprias no processo de produção de valor; noutra, torna-se capital-comercial, quando o valor foi gerado e assume a forma corpórea de uma mercadoria pronta para se comercializada, seja na própria fábrica ou em estabelecimentos especializados, como lojas de ruas, *shopping centers*, supermercados, etc.; e, em boa parte, pode tornar-se capital-dinheiro com capacidade potencial para se transformar, novamente, em capital-industrial, capital-comercial ou capital portador de juros, conforme tratamento dado por Chesnais (2005), mas desenvolvido originalmente por Marx (1991).

No século XX, o desenvolvimento das atividades bancárias possibilitou à administração e gestão do capital-dinheiro se tornarem atividades extremamente promissoras do ponto de vista da acumulação de capital. O que podemos chamar de *finanças* significa, portanto, as atividades de gestão e intermediação da riqueza acumulada e que se encontra, temporariamente, na forma de capital-dinheiro. A gestão e a intermediação da massa de riqueza acumulada na forma-dinheiro buscam a reprodução desse capital, assim como qualquer outra de natureza comercial, por meio da comercialização de serviços financeiros e concessão de créditos e empréstimos. Vejamos mais atentamente como isso ocorre.

O papel das finanças é imprescindível no processo de produção de capital. Se existe um ditado que é extremamente válido para o desenvolvimento das forças capitalista, é aquele que afirma que tempo significa dinheiro. Conforme Marx estabeleceu, o processo de produção capitalista é a unidade contraditória entre produção e consumo. Desmembrando, o ciclo de produção do capital, D-M-D', se observa dois períodos de circulação, D-M e M-D'. A produção de mais-valia encontra-se justamente entre esses dois momentos; é onde os meios de produção e força de trabalho, postos em movimento, produzem novos valores sob a forma de mercadorias de distintas massas corpóreas. Uma vez essas mercadorias acabadas, terão a ingressar nos mercados para serem comercializadas. Assim, o capital, em seu ciclo de produção, modifica-se nos três momentos de sua produção. Primeiramente, ele se apresenta na forma-dinheiro, depois na forma-mercadoria e novamente na forma-dinheiro, só que, desta vez, acrescido de mais valor, D-M-M'-D'.

Para que esse ciclo seja dinâmico e intenso, é preciso eliminar os inconvenientes temporais. Cada ciclo, ou forma particular que o capital assume, apresenta determinados períodos temporais em que ele permanece inalterado. No entanto, para que o ciclo complete suas etapas e chegue até o fim do processo (D'), a produção do capital não pode esperar o tempo necessário de metamorfose de cada uma de suas formas particulares. É neste ponto que as finanças assumem uma função primordial: como capital-dinheiro, aceleram o processo cíclico, uma vez que pode antecipar dinheiro para que o ciclo se inicie, seja originalmente, ou, uma vez já iniciado, antecipando-se à realização das mercadorias que estão sendo produzidas e vão para o mercado. As finanças também são importantes porque elas atuam no sistema de crédito, financiando os estoques (capital na forma mercadoria) que não foram ainda escoados; aceleram o consumo por meio da concessão de créditos em diversas modalidades (cheques especiais, cartões de crédito etc.); e, auxiliam os capitalistas oferecendo ativos financeiros que rendem juros para que esses possam criar fundos de depreciação no sentido de se anteverem em relação aos investimentos em capital constante no futuro.

Com o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, as finanças tornaram-se indispensáveis ao processo de acu-

mulação devido ao elevado nível de capital acumulado que os grandes empreendimentos produtivos exigem na fase oligopolista. Os mercados financeiros, principalmente os de crédito, exercem impressionante capacidade de influência aos desafios da manutenção da unidade entre produção e consumo. No entanto, é justamente essa importância vital para o processo de acumulação que permite o movimento da separação da órbita financeira da produtiva e a relativa autonomia da primeira em decorrência do crescimento do seu poder de influência econômica e política. É por essa razão que, nas economias avançadas e em parte da periferia do sistema, os principais centros decisórios em matéria de políticas econômicas e das estratégias dos grupos oligopolistas, agentes oriundos dos mercados financeiros, exercem um papel hegemônico. Isso, evidente, até a crise se instalar em meados de 2007.

#### CARACTERÍSTICAS ATUAIS E A CRISE DO CAPITALISMO CENTRAL

Algumas questões essenciais para se conhecer o atual papel das finanças no capitalismo contemporâneo têm sido discutidas amplamente pelas correntes mais críticas do pensamento econômico e sociológico<sup>5</sup>. No geral, podemos apontar três grandes aspectos que sintetizam essas discussões. Primeiramente, o desenvolvimento do sistema de crédito permitiu à unidade contraditória entre produção e consumo se estabilizar por uma fase mais longa, que vai do momento posterior à grande crise do petróleo, em 1973, até final da década de 1990. Isto pode ser averiguado naquelas economias onde o sistema mais avançou e foi responsável por criar novos instrumentos e serviços de captação e concessão de créditos, como são os casos dos Estados Unidos, Europa e parte da Ásia. Nesse caso, pode-se afirmar que a chamada propensão a consumir keynesiana, uma variável dependente da renda, perde certo sentido analítico na fase atual, porque grande parte da população (vide a norte-americana) tem elevado nível de consumo, somente possível pelo ultrapassamento dos limites das res-

<sup>5</sup> Gowan (2004), Arrighi (1996), Fiori (2003; 1997), Braga e Cintra (2004), Chesnais (1996; 1998), Harvey (2005), Millet e Toussaint (2006), Serrano e Braga (2006), Serfati (2006).

trições orçamentárias em virtude da capacidade de contrair empréstimos e dívidas<sup>6</sup>.

Outro aspecto importante – trata-se da capacidade de autonomização das finanças em relação aos demais setores da economia capitalista. Essa autonomia, claro, é muito relativa, já que a própria dinâmica de acumulação financeira depende, essencialmente, do nível de atividade dos demais setores econômicos. No entanto, é indiscutível que os representantes das finanças, como os chamados investidores institucionais (fundos de pensão, de investimento, seguradoras, etc.) e os conglomerados bancários, aumentaram a participação patrimonial em diversas atividades econômicas como demonstraram, entre outros, Sauviat (2005) e Plihon (2005). A transformação na propriedade do capital, na França, por exemplo, atingiu sobremaneira as empresas públicas que foram privatizadas e acabaram caindo nas mãos da gestão da finança internacional. De um “capitalismo de Estado”, a França transitou para um capitalismo dominado pela finança internacional, principalmente a partir de 1986 e no início de 2000 (PLIHON, 2005, p.134).

Por último, cabe considerar que a autonomia alcançada pelas finanças tem a ver com a capacidade de os representantes dos setores financeiros terem se aproximado das instâncias de poder estatal. Não estamos falando de relações simples, conforme Marx e Engels descreveram no Manifesto Comunista, de um Estado como um comitê executivo para atender os interesses privados. É mais do que isso. A estrutura estatal foi reformulada e novamente condicionada para continuar seu desiderato em servir à expansão do poder do capitalismo central. Nos Estados Unidos, os interesses de expansão do imperialismo e acumulação de capital só puderam ser alavancados durante as décadas de 1980 e 1990. Principalmente em razão da capacidade de financiamento de seu poder hegemônico por meio da capitalização e da concessão de créditos intermediados por um sistema financeiro altamente sofisticado e dinâmico. Como nos mostrou os estu-

<sup>6</sup> No Brasil não precisa recorrer aos números para perceber o intenso crescimento do crédito e endividamento das famílias e empresas. Grande parte da renda das pessoas é complementada com os serviços financeiros que disponibilizam créditos nas várias modalidades. Somente para se ter um exemplo mais próximo de nós, o nível de endividamento dos consumidores de Maceió chega a superar 80% do total, e o comprometimento da renda com dívidas oscila entre 25% a 30%.

dos de alguns importantes autores, existe um entrelaçamento muito forte entre os mercados financeiros, o Departamento de Estado norte-americano e o complexo militar-industrial<sup>7</sup>, o qual possibilitou aos Estados Unidos o rompimento com as barreiras tecnológicas durante as décadas de 1980 e 1990, a saída vitoriosa na disputa com a União Soviética e a apresentação como a maior potência militar e econômica da história da humanidade na virada do século XX.

Para se manter na dianteira do sistema de poder, os Estados Unidos, entre 1970 e 2000, acumularam uma situação de extrema vulnerabilidade externa e interna, traduzida em recorrentes *déficits* orçamentários e nas transações correntes com o resto do mundo, responsáveis pela extraordinária evolução da dívida pública nacional<sup>8</sup>. Estimativas mais recentes mostram quanto o grau de endividamento das famílias e empresas norte-americanas, juntamente com o Estado nacional, é de quatro vezes o seu produto nacional. Logo, uma pergunta se apresenta inevitável: como manter esses desequilíbrios por tanto tempo sem que os Estados Unidos tenham alcançado um ajustamento draconiano à economia nacional e ao sistema internacional, fazendo cair, conseqüentemente, as taxas de crescimento econômico do país e abandonado o posto de locomotiva mundial?

Essa situação somente pode se estender por muito tempo entrelaçando várias economias nacionais à dinâmica econômico-financeira estadunidense. O crescimento da interdependência financeira entre as economias desenvolvidas e os Estados Unidos e estas e as economias subdesenvolvidas ocorreu de maneira diferenciada. Alguns países gozaram, até bem pouco tempo, dos privilégios de produzir e vender para várias partes do mundo, inclusive para a economia norte-americana. Com o resultado do comércio internacional favorável, esses países colocaram seus excedentes no *bursátil* mercado financeiro de *Wall Street* ou da *city* londrina, uma das praças financeiras auxiliares. Figuram, nesse bloco de privilegiados, os países asiáticos, com destaque para a China, as economias da Europa setentrional. Os países da chamada zona periférica pas-

<sup>7</sup>Chesnais (2005). Vide especialmente os textos de Duménil e Lévy, Mampaey e Serfati.

<sup>8</sup> Arrighi (1996; 2008).

saram apenas a serem exportadores de renda líquida, durante as décadas de 1980, 1990 e início de 2000. Esse foi o caso de boa parte dos países da América Latina e Caribe. Na década de 1980, foram espremidos pela crise da dívida externa e sufocados pelos serviços financeiros e compromissos internacionais; na década de 1990, adotaram modelos de crescimento econômico com base no financiamento externo, novamente, e passaram a ser importantes mercados para o jogo da especulação internacional. Essas economias, principalmente nos momentos de turbulências da economia internacional, aumentaram o grau de vulnerabilidade externa, o que comprometeu sobremaneira as finanças públicas e tornou-as muito mais dependentes dos fluxos financeiros dos capitais especulativos<sup>9</sup>.

Não é por outra razão que, nas últimas três décadas do século passado, o crescimento econômico foi rasteiro e o aumento dos lucros impressionante em quase todas as economias, com destaque para as subdesenvolvidas. Nos Estados Unidos, também, a taxa de lucros nem de longe alcançou a média que tinha sido registrada no pós II Guerra. Uma das possíveis explicações para isso é que não foram os investimentos produtivos que cresceram, mas a extraordinária expansão das operações financeiras e dos lucros não-operacionais. A figura a seguir ilustra o crescimento das taxas de lucros não-operacionais em relação ao total na economia norte-americana<sup>10</sup>. Por sua vez, a figura seguinte demonstra, claramente, a abrupta queda do nível da formação bruta de capital fixo norte-americano em relação ao produto nacional, principalmente a partir do início de 1980.

---

<sup>9</sup> Vide Salama e Camara (2005).

<sup>10</sup> Foster (2008) e Anderson (1995).

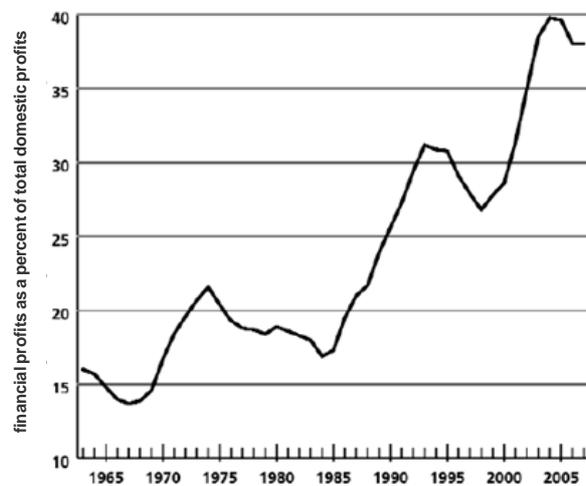
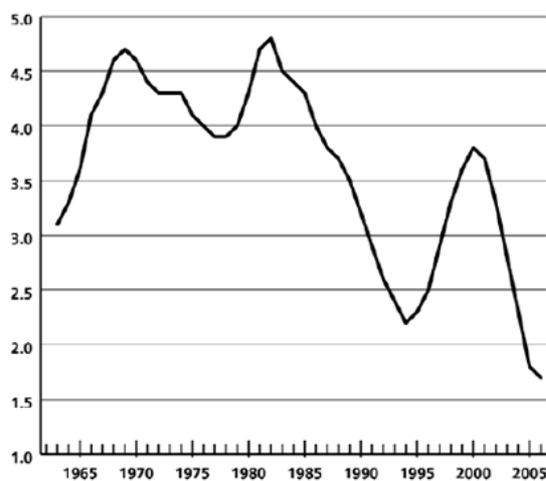


GRÁFICO 2 – Financial profits as a percent of total profits (five-year moving average)  
 Fonte: B-91. Corporate Profits by Industry, 1959–2007, *Economic Report of the President, 2008* apud Foster (2008).



private non-residential fixed investment as a percent of GDP (5-year moving average)  
 Fonte: Bureau of Economic Analysis, National Income and Product Accounts, Table 5.2.5. Gross and Net Domestic Investment by Major Type, Annual Data 1929-2006; *Economic Report of the President, 2008*, Table B-1. Gross Domestic Product, 1959-2007 apud Foster (2008).

Os dois exemplos ilustrados pelos gráficos acima, tornam mais evidente a tese de que a crise do capitalismo norte-americano é um processo com ingredientes históricos e estruturais, de características clássicas, com tendência à queda da taxa de lucros e a expansão dos mercados financeiros e sua relativa autonomia como válvula de escape da própria crise. O setor financeiro-bancário, portanto, expandiu-se na esteira das necessidades de continuidade do processo de acumulação. A partir de 2007, presenciamos, então, o ponto culminante desse longo movimento, com implicações ainda incertas sobre o futuro da economia dos Estados Unidos e para o sistema econômico internacional.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos de Arrighi vêm apontando que talvez um dos sintomas mais importantes da crise financeira da economia norte-americana seja declínio relativo de sua participação na economia mundial, que passou de 40% verificado no pós II Guerra para pouco menos de 30% atualmente. Enquanto isso, cresce a participação da Ásia, com especial destaque para a economia chinesa. Isso não significa dizer que os Estados Unidos deixarão de exercer importante papel no sistema internacional. Outro indicador importante para se perceber o declínio da competitividade da economia norte-americana em termos industriais é seu *déficit* em transações correntes, que representa, em média, cerca de 5% do seu produto nacional por mais de uma década.

Então, a crise financeira recente não pode ser tomada como um fenômeno separado da crise estrutural do capitalismo central. Pelo contrário, o desenvolvimento das operações financeiras em *Wall Street* serviu para dois propósitos básicos: a) ser uma alternativa de acumulação de capital à riqueza acumulada no passado, mas sem alternativas de emprego diante do esgotamento do modelo fordista de produção, e b) tornar *Wall Street* um dos instrumentos indispensáveis à manutenção do poder imperial, reciclando a riqueza mundial e se aproveitando das possibilidades de arbitragem financeira e de acesso a bases de financiamento planetária<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Vide GOWAN, *op.cit*

Em suma, esse modelo entrou em crise, em parte, pela incapacidade das famílias norte-americanas continuarem se endividando e, principalmente, pela expansão desmesurada do seu mercado financeiro, que ganhou grande autonomia em relação à órbita produtiva e se tornou o principal espaço de acumulação por intermédio das operações especulativas. E esse crescimento que ensejou as possibilidades de todo tipo de transação financeira só teve liberdade de expansão porque o próprio mercado financeiro atuou como o principal articulador entre a riqueza privada mundial e as necessidades de manutenção do poder estatal do país.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BRAGA, José Carlos de Souza e CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, José Luís (Org.). *O poder americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 253-307.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.
- \_\_\_\_\_. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-67.
- DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 85-108.
- FIORI, José Luís (org.). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2003 (Coleção Zero a Esquerda).
- FIORI, José Luís. (Org.) *Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOSTER, John Bellamy. *The financialization of capital and the crisis*. *Monthly Review*, abril 2008. Disponível em <http://www.monthlyreview.org/080401foster.php>.
- FRIEDMAN, Milton; SCHWARTZ, Anna Jacobson. *The great contraction 1929-1933*. EUA: Princeton University, 2008.

- GOWAN, Peter. *A roleta global*. São Paulo: Record, 2004.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. 10ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KEYNES, John Maynard. *As conseqüências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Clássicos IPRI; v. 3).
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1982.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MARX, Karl. *El capital*. Vol. III. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- MILLET, Damien; TOUSSAINT, Eric. *50 perguntas e respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano: da guerra da Espanha à guerra do Iraque*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.
- PLIHON, Dominique. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 133-151.
- SALAMA, Pierre e CAMARA, Mamadou. A inserção diferenciada dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 199-222.
- SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p.109-132.

SERFATI, Claude. A economia política da finança global. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 18, p. 7-38, 2006.

SERRANO, Franklin; BRAGA, Júlia. O mito da contração fiscal nos EUA durante o governo Clinton. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 5, n. 2(27), p. 213-239, ago. 2006.

SOUZA, Nilson Araújo. *Teoria marxista das crises*. São Paulo: Global Editora, 1982.